



Site do autor: livrosqueardem.com

PREFÁCIO

Do Autor ao Leitor Amigo (Ou Desconfiado)

Leitor amigo, falarei de vida e morte, que são matérias antigas e graves; mas é igualmente certo que não tratarei de nenhuma delas com a pompa que lhes costuma atribuir a Igreja ou a ciência. Não por irreverência, asseguro, mas por constatação prática: em Quelimane, especialmente no Bairro Janeiro, a morte não passa de um rumor que perde força quando não recebe carimbo.

Se me perguntarem por que escrevo sobre Aristides Mucagê, esse defunto-não-notificado, direi que a história me caiu às mãos com a mesma naturalidade com que caem as contas no fim do mês: inevitável, indesejada e, ainda assim, impossível de ignorar. E como não tenho o talento de fugir às responsabilidades, resolvi escrever esta crônica — embora confesse, com modéstia sincera, que os fatos

se escreveriam sozinhos, mesmo sem a minha caneta. Bastaria abrir espaço e deixar a burocracia falar por si.

Não se trata, contudo, de um tratado sobre repartições, nem mesmo de um panfleto contra a preguiça administrativa — tema que, no mais, já se defende sozinho. Não. O que aqui ofereço é uma análise arguta (e às vezes preguiçosa) das pequenas grandezas humanas, essas que florescem justamente quando o mundo parece desabar ou quando o escrivão decide que já é tarde demais para registrar um óbito.

Aristides, como verá o leitor, morreu — mas não o bastante. A morte, sempre tão eficiente em outros bairros, perdeu-se nos becos do Janeiro e não encontrou a porta certa. E o que faz um homem que morreu sem ser avisado? Ora, continua. Vai ao trabalho, bebe a sua cerveja, disputa almofadas domésticas, assina papéis, irrita a esposa, atrapalha o amante, dá prejuízo ao Estado e ainda complica a vida do cartório.

A alguém poderia parecer fábula; a mim, parece me terça-feira.

PRÓLOGO

No Qual Morre o Homem, Mas Não o Avisam

Leitor amigo — que Deus lhe conserve vivo, lúcido e, sempre que possível, informado da própria condição — peço-lhe que me conceda este pequeno luxo narrativo: começar pelo fim. Não pelo fim da história, mas pelo fim do protagonista. Acostume-se desde já a estas voltas; a vida é tortuosa, a morte idem, e a narrativa não há de ser mais reta que as estradas de Quelimane após as chuvas.

Pois bem: Aristides Mucagê morreu. Eis aí a frase que deveria encerrar sua biografia, mas que, por dessas ironias administrativas, apenas inaugura esta crônica.

Morreu no dia vinte e três de fevereiro, ao cair da tarde, quando o sol, preguiçoso como funcionário público às segundas-feiras, já se punha sem pressa sobre o Rio dos Bons Sinais. A causa, embora apontada pela medicina, foi imediatamente disputada pela maledicência popular: uns falaram em ataque cardíaco; outros, na vingança de um camarão mal cozido; outros ainda, num feitiço de bairro, desses que não fazem mal a ninguém — salvo ao visado, evidentemente.

Mas não nos fixemos na causa, leitor. A morte é sempre uma espécie de ponto final, mas aqui foi apenas uma vírgula. Um tropeço do destino, um lapso do universo, um pequeno desarranjo semântico.

Porque Aristides Mucagê morreu, sim — mas esqueceram de lhe avisar.

E assim continuou ele, muito naturalmente, a viver.

Não por vontade própria (que ninguém ousaria atribuir tamanha energia ao nosso protagonista), mas por uma razão inteiramente burocrática: a certidão de óbito não foi lavrada. O escrivão encarregado, homem conhecido por sua lentidão filosófica — era capaz de levar meia hora para assinar o próprio nome, e isso nos dias inspirados — perdera a caneta. Noutros tempos, perder uma caneta seria um detalhe; em Moçambique, em repartição pública, é catástrofe. E como o documento não estava pronto, e como todos sabem que o que não está em papel não existe, Aristides, por consequência lógica, não estava verdadeiramente morto.

Assim começa esta narrativa — não de um fantasma, mas de um cidadão que deixou de existir apenas onde realmente importa: nos arquivos do Estado.

E, convenhamos, leitor: quem nunca viveu assim?

Do Óbito e da Pena de Viver

Caríssimo leitor, não o deixarei à míngua de detalhes, pois o diabo mora neles. Voltemos, pois, ao instante fatídico.

Aristides Mucagê — figura magra, bigode hesitante, funcionário do Cartório Notarial da Zambézia, homem dado a poucas paixões (e nenhuma urgente) — sentou-se à mesa naquele dia como sempre: sem expectativas. À sua frente, um prato modesto de camarões que Dona Eulália, sua esposa, preparara com diligência quase vingativa. Havia algo na maneira como ela descascava camarões que sempre pareceu, aos olhos de Aristides, uma metáfora.

Foi no terceiro camarão que a tragédia se deu.

Uma tosse.

Outra.

Um suspiro aflito.

O colapso.

Era morte anunciada? Não creio. A morte raramente anuncia; no máximo, cochicha. E Aristides, homem de audição seletiva, nunca prestou muita atenção a cochichos.

Dona Eulália gritou. Os filhos correram. O vizinho apareceu, oferecendo conselhos que ninguém pediu. O pastor da igreja chegou alguns minutos depois, avisado sabe-se lá por quem, talvez por Deus, talvez por um dos filhos que tinha o péssimo hábito de narrar todos os eventos familiares ao bairro inteiro.

E assim Aristides expirou.

Mas, insisto: não se apresse a vesti-lo de solenidades. Não houve lágrimas abundantes, nem discurso pungente, nem homenagem póstuma. A vida moderna é muito ocupada para dramas prolongados; a morte de Aristides foi recebida como se recebe uma chuva rápida — com resignação, ligeira contrariedade e a certeza de que o mundo continua.

Continuou, de fato.

Tanto continuou que, no dia seguinte, às 6h45, Aristides levantou-se.

Não por ter ressuscitado — que não há milagres fora dos livros de fê — mas porque, simplesmente, não lhe ocorreu o contrário. O hábito é força maior do que se imagina, leitor. Um homem pode morrer, mas o despertador interno nem sempre morre com ele.

Levantou-se, ajeitou a camisa, procurou as sandálias e murmurou:

— Se eu perder o ponto outra vez, o chefe mata-me.

Era tarde para informá-lo de que tal preocupação havia perdido propósito.

E assim, morto e tudo, Aristides calçou-se, bebeu o seu chá e saiu para o trabalho como quem obedece a uma sentença — não a da morte, mas a da vida.

Ah, leitor, como é difícil livrar-se do fardo da rotina! Morre-se uma vez; mas levanta-se cedo todos os dias.

O Papel Timbrado e a Preguiça Crônica

Leitor amigo, perdoe-me se retorno, mais uma vez, às engrenagens emperradas da administração pública. Não o faço por vício — ou, se faço, é vício antigo, daqueles que já se confundem com virtude. Faço-o porque sem repartição não há narrativa, e sem narrativa, convenhamos, não haveria razão alguma para a morte — ou para a vida — de Aristides Mucagê.

Pois avancemos.

Na manhã seguinte ao seu falecimento — isto é, à sua morte oficial, pois a prática já nos ensinou que a oficialidade costuma falhar onde a natureza acerta — cabia ao Cartório Notarial da Zambézia lavrar a certidão de óbito.

“Lavar”, leitor, é um verbo curioso. Evoca enxada, suor, terra remexida; no entanto, nos cartórios de Quelimane, lavar é lançar tinta sobre papel com solenidade agrícola. O escrivão encarregado, Senhor António Nakathendoa(camaleão), apelido que fazia jus à sua lentidão, era homem de grande respeito na comunidade, sobretudo porque trabalhava pouco. E trabalhar pouco, em certas instituições, é sinônimo de longevidade

funcional.

Nakathendoa chegou ao Cartório às 9h12.

O expediente começava às 8h00.

Mas ninguém, absolutamente ninguém, julgou necessário censurá-lo. O atraso era tão habitual que já adquirira o prestígio dos costumes olímpicos: não importava chegar atrasado — importava chegar .

Mal sentou-se, o homem deu pela falta da sua caneta oficial. Era uma caneta azul, modelo vagamente alemão, com uma dignidade postiça que Nakathendoa apreciava. Segundo ele, documentos importantes só poderiam ser assinados com ela; qualquer outra seria uma heresia caligráfica.

— Onde está a minha caneta? — perguntou, indignado.

Ninguém respondeu. Todos sabiam que essa pergunta surgia diariamente, como quem cumprimenta o sol pelo nascer.

Sem a caneta, não havia certidão.

Sem certidão, não havia morte.

E sem morte, leitor, havia Aristides.

Enquanto o escrivão vasculhava gavetas com a lentidão de um filósofo à beira da revelação, o defunto-não-notificado avançava pela rua, caminhando para o mesmo edifício onde, ironicamente, a sua morte deveria estar sendo registrada.

O sol batia-lhe na nuca com uma generosidade desnecessária. Aristides não estranhou a caminhada — estranhar exige reflexão, e reflexão não é atividade que se faça de manhã cedo, muito menos em Quelimane, onde o calor convida mais à sobrevivência que ao pensamento.

Chegou ao Cartório às 7h49, bateu o ponto, como sempre.

O relógio piscou “Presente”.

E, leitor, permita-me esta digressão: a máquina de ponto é uma entidade pragmática, incapaz de metafísica. Se alguém lhe apresenta um dedo, ela carimba. Não se pergunta se o dono do dedo está vivo, morto, ou filosoficamente indeciso. É uma instituição mais eficiente que qualquer teólogo.

Dentro do escritório, os colegas ergueram os olhos quando ele entrou. Alguns arregalaram-nos um pouco mais que o habitual; outros desejaram “Bom dia, Aristides”

com um fio de hesitação; todos, no entanto, comportaram-se com a polidez desconfortável que se reserva aos acontecimentos que não convém comentar.

Porque, leitor, há coisas que se aceita sem discussão:

O calor.

A subida do preço da farinha.

A morte.

E, ao que parece, o retorno de um morto ao trabalho.

Não houve gritos. Não houve correria. Ninguém chamou a polícia, o padre ou o curandeiro. Em Quelimane, onde alguns acreditam em espíritos, outros em coincidências, e muitos em nada, a aparição de Aristides foi recebida com a mesma naturalidade com que se recebe uma visita inconveniente: tolera-se.

— Dormiu bem, Aristides? — perguntou o colega Inácio, com cautela.

— Dormi — respondeu Aristides, ajustando as mangas.

(Leitor, o morto dormiu. A vida tem dessas gentilezas.)

Nakathendoa, vendo-o ali de pé, empalideceu ligeiramente. Mexeu nos papéis. Tossiu. E, após um longo silêncio, disse:

— Senhor Mucagê... parece-me que há um... hum... equívoco administrativo.

Aristides, que desconfiava mais da palavra “administrativo” do que da própria morte, franziu o cenho:

— O que foi agora?

Nakathendoa hesitou.

Olhou para a gaveta.

Para o relógio.

Para o céu, talvez buscando auxílio de alguma entidade superior, fosse ela Deus, o Ministério da Justiça ou a sua caneta extraviada.

— Nada — respondeu, enfim. — Nada que não se resolva.

E não se resolveu.

Porque não se resolve o que não se começa.

Assim, leitor: Aristides estava morto, mas o Cartório, por falta de tinta, preguiça crônica e receio de admitir responsabilidades, decidiu manter as aparências. E numa cidade onde o documento faz o homem, e não o contrário, Aristides continuou homem — ou algo muito parecido com isso.

E enquanto o escrivão procurava a caneta, o morto procurava papelada.
E a vida, essa malandra, continuava.

O Tio Cumpridor

Leitor amigo, chego agora a uma parte delicada desta narrativa, que exige de nós — eu diria até — certa elasticidade moral. Não me refiro à moral filosófica, essa que costuma morrer virgem em tratados, mas à moral doméstica, que vive sempre perto demais do fogão e longe demais da virtude.

Falo, evidentemente, de Mufumo.

Mufumo surgiu na casa de Aristides Mucagê como surgem certas humidades nas paredes: de repente, sem explicação aceitável, e com grande vocação para permanecer. Era um primo distante de Dona Eulália — ou talvez um sobrinho, ou talvez um daqueles parentes que se inventam nos momentos oportunos. Em Moçambique, como em quase todo lugar que respeite o drama humano, o parentesco é elástico; varia conforme a utilidade.

É certo que Aristides conhecia vagamente o homem. Cruzavam-se, às vezes, em festas familiares, trocando cumprimentos protocolares, aqueles mesmos que se dirigem a quem não se espera rever tão cedo.

Mas, mal a notícia do passamento de Aristides se espalhou — e, leitor, não se surpreenda com essa prontidão — Mufumo instalou-se na casa. Trouxe uma mala pequena, uma toalha grande e uma disposição admirável para ocupar espaços que não eram seus.

— Ele é família — disse Dona Eulália.

A frase, leitor amigo, tem mais poder jurídico que certidão de casamento. Família é salvo-conduto para tudo: comer sem ser convidado, opinar sem ser consultado, morar sem ser esperado.

Aristides, porém, desconhecia este novo arranjo doméstico. Não por culpa sua — por culpa da morte mal notificada, que lhe negara a chance de presenciar o próprio velório e, assim, ouvir os acordos sussurrados entre uma lágrima e outra.

Na manhã em que voltou do além sem jamais ter ido, Aristides abriu a porta com naturalidade. O que encontrou foi, entretanto, uma cena inédita: Mufumo sentado à sua mesa, bebendo chá com a placidez de quem ignora ter invadido território alheio.

Dona Eulália, ao vê-lo, estremeceu um instante — e recuperou-se logo, como quem se lembra de que o maior perigo, às vezes, é parecer surpresa.

— Já acordado, Aristides — disse ela.

— Como sempre — respondeu o morto. — O ponto bate às 8h00.

Mufumo levantou-se, respeitosamente, mas não o suficiente para recolher as suas coisas do sofá.

— Bom dia, tio — disse ele.

“Tio.”

Leitor amigo, permita-me este aparte indignado: há termos familiares que funcionam como pequenas guerras civis domésticas. “Tio”, quando aplicado a quem não deu autorização prévia, é uma dessas bombas semióticas.

Aristides franziu o cenho.

— Tio

Mufumo sorriu com humildade calculada.

— Desde sempre, tio. A família é grande. Às vezes perdemos uns dos outros.

Era mentira, naturalmente. Mas mentira doméstica, quando envolve parentes e conveniência, raramente encontra resistência.

Dona Eulália interveio:

— Ele está aqui porque... porque... — buscou uma justificativa honrada, encontrou apenas uma prática. — Porque ajuda.

Ajuda. Palavra generosa, leitor, quando dita pela boca de quem recebe. Quando dita por quem oferece, costuma significar trabalho alheio.

E assim, sentado ao lado de sua própria mulher, junto ao seu próprio chá, Aristides contemplava o intruso como quem contempla um gato que, não satisfeito em entrar na sala, exige agora o sofá.

Não discutiu. Não protestou. Os mortos, como Aristides aprenderia, têm pouco espaço para indignações. A casa já girava sem ele, e girava com uma eficiência perturbadora.

A única coisa que o incomodou profundamente — foi ver a sua almofada favorita sob

o braço de Mufumo.

A almofada, leitor amigo!

O último reduto do conforto humano.

Ali, sim, Aristides sentiu ciúme — não da esposa, não da honra, não do lar — mas de um pedaço de espuma, velho e empenado, que carregava a sua forma exata.

— Essa almofada... — murmurou ele.

— Ah, tio — disse Mufumo — é ótima para as costas. Eu durmo no sofá, sabe como é...

Sabia.

E agora sabia também que dormiria no pior dos mundos: a própria casa, sem a própria almofada.

Não falemos, porém, de tragédias. Trágico é quem morre; cômico é quem volta e encontra Mufumo.

Assim estabeleceu-se o novo arranjo:

Mufumo dormia no quarto de hóspedes — que antes era o escritório de Aristides.

Aristides dormia no sofá — que antes era o lugar de Mufumo descansar após o almoço.

E Dona Eulália dormia melhor do que nunca — pois Mufumo roncava menos e agradecia mais.

A casa, como o leitor percebe, adaptou-se à morte de Aristides com rapidez admirável. Aristides, por sua vez, adaptou-se à vida com dificuldade crescente.

Em casa onde morre um homem, nasce sempre um parente oportuno.

A Rotina Fantasma

Leitor amigo, acompanhe-me agora ao Cartório Notarial da Zambézia — esse templo do papel, esse santuário do carimbo, essa catedral do quase-nada onde almas vivas e almas penadas se confundem com admirável naturalidade.

Porque, se há no mundo lugar onde um morto pode trabalhar sem levantar suspeitas, esse lugar é um cartório.

Aristides chegou como chegava há vinte anos: com o andar moroso, a camisa um pouco para fora das calças, o semblante cansado de quem nunca dormiu o bastante (nem mesmo agora, no além).

A porta de vidro estava emperrada — como sempre — e Aristides empurrou a com o ombro — como sempre — enquanto Inácio, lá dentro, fingia não o ver — como sempre.

Sim, leitor: a rotina tem a extraordinária capacidade de absorver até mesmo o sobrenatural.

Quando colocou o pé no salão principal, ninguém se mexeu. Os estagiários continuaram organizando pilhas de papéis que voltariam a desorganizar-se dentro de minutos; o escrevão Nakathendoa continuou procurando a sua caneta azul, perdida desde o século passado; e Dona Tereza, a telefonista, falava ao telefone sobre um sobrinho que havia desmaiado de calor — assunto que, em Quelimane, jamais é considerado extraordinário.

Mas, se ninguém se mexeu, isso não quer dizer que ninguém tenha notado.

Ah, notaram.

Notaram profundamente.

Silêncio é, leitor, a mais eloquente forma de medo.

Inácio aproximou-se, com o sorriso tenso que se dá a alguém que se acredita morto, mas que insiste em aparecer vivo — situação delicada, admitamos.

— Dormiste bem? — perguntou.

— Bem — respondeu Aristides. — Mesmo com Mufumo.

Inácio piscou. O nome “Mufumo” era novidade; “dormir” também. Mas não insistiu — insistir exige coragem e, no Cartório, a coragem só aparece no fim do mês, quando é preciso pedir aumento.

— Tens... hum... algum... documento? — arriscou ele.

— Só a papelada de sempre — disse Aristides, levantando uma pasta.

E foi isso.

Conversaram como dois vivos conversariam.

Ou, mais precisamente, como dois vivos burocraticamente mortos conversariam.

Enquanto Aristides se dirigia à sua mesa — velha, torta, mas sua — os colegas acompanharam-no com o olhar, como quem segue com os olhos um pássaro que entrou pela janela: bonito de ver, perigoso de admitir.

Apenas Dona Tereza ousou verbalizar o espanto:

— Aristides... estás diferente.

— Dormi pouco — disse ele.

— Ah — disse ela, satisfeita.

E, com isso, encerrou-se a investigação.

É preciso dizer ao leitor, com a franqueza , que não havia grande diferença entre Aristides vivo e Aristides morto.

Vejamos:

Antes, chegava calado. Agora, chegava calado.

Antes, fazia pouco. Agora, fazia o mesmo pouco.

Antes, evitava conversas longas. Agora, evitavam-lhe conversas longas.

Antes, parecia sempre a ponto de desaparecer.

— Agora... apenas cumpria a promessa.

Portanto, sua presença — ou sua ausência — nunca fora questão central naquele ambiente. Em muitos sentidos, Aristides era o funcionário ideal: discreto, previsível e, sobretudo, não exigia nada.

Que melhor qualidade poderia ter um morto?

Mas havia, sim, leitor, um elemento estranho naquele dia:
o ar constrangido do escrivão Nakathendoa .

Os olhos dele seguiam Aristides de forma inquieta, como quem teme que uma criatura do além lhe peça justamente aquilo que ele jamais consegue entregar: um documento assinado no prazo.

Quando Aristides passou pela mesa dele, Nakathendoa ensaiou um chamado:

— Senhor Mucagê...

Aristides parou.

Nakathendoa abriu a boca.

Fechou.

Abriu outra vez.

Fechou de novo.

Parecia um peixe — mas um peixe aflito, daqueles que pressentem o anzol.

— Ia dizer alguma coisa? — perguntou Aristides.

— Ia... — murmurou Nakathendoa — mas... hum... depois digo.

E não disse.

Pois há confissões que só se fazem a vivos — e Aristides, aos olhos do escrivão, já não tinha esse privilégio administrativo.

Aristides sentou-se, enfim, à sua mesa.

Pegou a caneta.

Assinou um documento.

Depois outro.

E um terceiro.

Leitor amigo, veja a ironia suprema:

os atos oficiais de um morto começaram a circular na vida pública de Quelimane.

Mas, numa terra onde as certidões atrasam, as assinaturas enganam e os prazos caducam sem aviso, quem teria tempo — ou interesse — em questionar o estado civil de um funcionário que trabalhava melhor morto do que vivo?

No fim da manhã, quando saiu para comprar um pão, ouviu um dos estagiários cochichar:

— Ele está igualzinho.

— Igualzinho ao quê? — perguntou outro.

— Ao morto.

E os dois fizeram o sinal da cruz, não por fé, mas por prevenção.

Assim se firmou a Rotina Fantasma de Aristides Mucagê:

Presente na lista, ausente no mundo.

Vivo no movimento, morto no registro.

Lembrado no salário, esquecido na certidão.

E como ninguém tinha coragem — ou energia — para resolver a contradição, a vida seguiu sem notar que trazia consigo um morto pontual e aplicado.

A Conversa Sobre o Clima (e a Morte), onde Aristides enfrenta a primeira tentativa velada de alguém mencionar o inominável

Aristides sempre soube que, em Moçambique — e talvez no resto do mundo, mas ele

não via muito sentido em usar o resto do mundo como régua — falar do clima era a forma mais elegante de não falar de nada. O clima, esse velho mordomo da conversa social, sempre pronto para entrar quando o assunto ameaça revelar algo perigoso. Ora, há quem diga que conversar sobre o tempo é sinal de pobreza de espírito; Aristides, homem prudente, preferia pensar que era sinal de amor à vida, sobretudo quando a alternativa era falar da morte.

E, naquele fim de tarde abafado — tão abafado que até as nuvens caminhavam devagar, como senhoras idosas carregando compras — ele sentiu o cheiro distante da conversa mal intencionada antes que ela fosse dita. Há assuntos que não chegam pela boca, chegam pelo ar.

Surgiu Dona Firmina, vizinha eterna e sempre vestida de luto, ainda que ninguém soubesse ao certo quem havia morrido, nem se alguém continuaria morrendo só para justificar o guarda-roupa. Era dessas senhoras que já entram falando, para não correr o risco de deixarem escapar o que realmente queriam dizer.

— Boa tarde, senhor Aristides... calor estranho hoje, não acha? — e lançou a frase como quem joga uma rede no mar, esperando que algum peixe, mesmo pequeno, se enroscasse.

Aristides sorriu, guardando a prudência nos cantos da boca.

— Estranho, sim ... mas a meteorologia anda mais confusa que a política — respondeu, usando o truque ancestral de empurrar o assunto para algo igualmente inútil.

Mas Dona Firmina não veio ali para falar do sol.

— O calor... hum... o calor está tão forte que até parece um aviso — disse ela, com aquela entoação que anuncia tempestades, não no céu, mas na alma.

Aristides percebeu. O “aviso” não era sobre meteorologia; era sobre o inominável. A morte, esse personagem que nunca entra em cena, mas está sempre no camarim, esperando a sua deixa.

— Aviso de quê, Dona Firmina? — perguntou ele, sabendo exatamente do que se tratava, mas fazendo de conta que não sabia, porque ignorar é muitas vezes uma forma de resistência.

— Aviso de mudança, senhor Aristides. Quando o clima começa assim... — e então suspirou, como quem abre uma porta para um fantasma educado — ... dizem que é porque alguém vai partir.

Aristides pigarreou. Não por desconforto, mas como quem abre espaço na garganta para empurrar para dentro tudo aquilo que gostaria de cuspir.

— Partir? Ora, quem não partiu ainda? De uma forma ou de outra, estamos todos sempre partindo. Uns para a esquina, outros para o além... e há os que partem de si mesmos, que é o pior destino. — Sorriu, satisfeito com sua filosofia de proteção.

Dona Firmina, não satisfeita em ser interrompida por profundidade alheia, insistiu:

— Mas o senhor sabe de quem estou a falar...

— Não sei, não — mentiu Aristides com a serenidade dos sábios e o talento dos mentirosos profissionais.

— Do velho Amâncio... — murmurou, e a palavra “Amâncio” caiu como um raio preguiçoso, que não derruba, mas assusta.

Aristides recuou um passo, não fisicamente — isso seria admitir derrota — mas moralmente.

— Amâncio? Mas ele está vivo, ora essa!

— Por enquanto... — disse ela, com o mesmo tom usado por quem comenta que o frango “está cru, mas pode-se cozinhar”.

Aristides sentiu o golpe. Não contra Amâncio, que já sobrevivera a dívidas, casamentos e empregos honestos; mas contra a ordem natural das coisas. Em Moçambique — pensava ele — a morte não chega quando alguém morre; chega quando alguém comenta.

E ali estava o primeiro comentário velado. O prenúncio. O dedo apontado para o futuro que ninguém quer admitir.

Aristides respirou fundo, como quem se arma com o único escudo possível: a banalidade.

— Mas, Dona Firmina, deixe disso. A senhora vive a matar gente antes do tempo. Outro dia disse que o Senhor Damião estava ‘no fio’ e o homem apareceu no mercado central carregando dois sacos de arroz, um em cada ombro.

— Milagre — rebateu ela imediatamente.

— Milagre nenhum! É que o homem não tem tempo para morrer.

Ela suspirou, talvez decepcionada, talvez satisfeita. Era difícil saber; há pessoas cuja felicidade está precisamente em anunciar tristezas.

— Enfim... vamos ver, senhor Aristides... vamos ver.

E foi embora, com a mesa lentidão com que as nuvens caminhavam no céu abafado. Aristides ficou olhando a sua figura enlutada desaparecer ao longe, como se a morte tivesse pernas e vestisse xadrez.

Não disse nada, mas pensou:

“O problema de falar do clima é que, mais cedo ou mais tarde, alguém descobre que a temperatura da conversa é sempre medida pelo medo.”

E assim começou, para ele, a sensação incômoda — quase superstição, quase filosofia — de que a morte tinha sido mencionada pela primeira vez, ainda que só em sombra, e que isso, para certas pessoas, já bastava para trazê-la para dentro da sala.

Em que a Morte Passeia pelo Bairro Janeiro como Quem Faz Compras (e todos fingem não ver)

Havia, naquele princípio de manhã — que não era manhã de verdade, mas uma espécie de borrão luminoso entre a noite e o dia — um silêncio incomum. Não um silêncio piedoso, daqueles que anunciam tragédia; mas um silêncio de cochicho, como quando duas pessoas conversam baixinho e a gente sabe que é sobre nós. Aristides percebeu logo. Sempre percebia. A morte, quando resolve passear, deixa um rastro de quietude nervosa.

O bairro inteiro parecia respirar com cuidado, como quem teme chamar a atenção de uma visita indesejada. Até as galinhas ciscavam devagar, e quem conhece as galinhas sabe que elas só fazem isso quando há duas possibilidades: morte por perto, chuva grossa. No caso, Aristides apostaria na primeira, embora não fosse homem de apostas — perdeu muito dinheiro tentando adivinhar quem ia morrer primeiro na família de Dona Firmina, e nenhum morreu até hoje.

Aristides saiu para comprar pão, o que significava atravessar três ruas, dois cumprimentos e uma mentira social “estou bem, sim, graças a Deus”. Mas antes mesmo de dar cinco passos, ouviu alguém chamá-lo.

— Senhor Aristideees... — a voz arrastada do Sr. Torcato, o alfaiate reformado que vivia a distribuir sentenças como se fosse juiz de última instância. — Já soube?

Aristides estremeceu internamente. O “já soube?” era o prelúdio clássico do “não vai acreditar”. E o “não vai acreditar” é sempre o estandarte de algum acontecimento infeliz.

— Não soube, não — disse ele, ainda que já suspeitando.

Torcato aproximou-se com a solenidade de quem carrega más notícias e deseja parecer digno enquanto carrega.

— O velho Amâncio... — e fez uma pausa de orador romano, desses que acham que todos estão emocionados.

Aristides suspirou. Ele não queria Amâncio na conversa tão cedo. Ainda não tinha digerido o mau agouro de Dona Firmina.

— O que foi que houve com ele? — perguntou, temendo a resposta.

— Dormiu demais hoje — respondeu Torcato.

— Dormiu demais? — estranhou Aristides.

— É. Já são quase nove horas e ainda não saiu para procurar o que não sabe que perdeu. Isso não é normal. Um homem que vive de pequenos expedientes tem obrigação de acordar cedo. A vadiagem tem horário, sim senhor!

Aristides respirou aliviado. Estava vivo. Dormindo, mas vivo. Contudo, Torcato, percebendo que havia gerado expectativa demais para um fato de importância duvidosa, acrescentou:

— Dizem que é sinal.

— Sinal de quê? — perguntou Aristides, já arrependido de ter perguntado.

— Sinal de que a morte anda rondando. Quando o preguiçoso começa a exagerar na preguiça, é porque está a ouvir o chamamento.

Aristides quase riu. Mas era cedo, e rir cedo dá azar, segundo a superstição local.

Continuou seu caminho até a padaria onde, para seu azar, encontrou um terceiro profeta: Dona Tuína, cuja especialidade era ver desgraça até em lata de leite condensado.

— Aristides, meu filho — disse ela, segurando-lhe o braço com força dramática — o bairro está estranho.

— Estranho como? — perguntou ele.

— Estranho estranho. As moscas estão pousando torto, os cães estão a olhar para o

nada, e ouvi um galo cantar fora da hora. Meu finado marido dizia que isso é aviso de morte.

Aristides ficou tentado a responder que o finado marido dela via avisos até no barulho do vento. Mas Dona Tuína era mulher de respeitáveis oitenta e dois anos, e ele não queria assumir a autoria de um infarto por palavras mal colocadas.

— Talvez seja só calor — arriscou ele.

— Calor? — ela quase se benzeu — o calor não explica o galo maluco. Quando o galo canta errado, alguém vai desta para melhor.

Aristides respirou fundo.

Era oficial: a morte estava sendo tratada como personagem convidada.

No retorno para casa, levando dois pães murchos e uma cabeça cheia de más previsões, Aristides viu algo que o fez congelar: a porta de Amâncio aberta. Não escancarada — isso seria dramático demais — mas aberta o suficiente para insinuar mistério. Ele parou na calçada, sentindo o coração protestar.

Da casa saiu o sobrinho de Amâncio, o pequeno Lito, com expressão enigmática.

— O teu tio está bem? — perguntou Aristides, tentando parecer casual.

— Tá, sim. Só está a dormir. Acordei lhe, mas mandou-me embora dizendo que estava “a meditar”. — Lito fez aspas com as mãos, sem entender o que “meditar” significava.

Aristides riu. Meditar... claro. O velho Amâncio meditava do mesmo jeito que uma pedra faz ginástica.

E, no entanto... o bairro murmurava. As moscas pousavam torto. O galo desafinava. E as vizinhas alinhavam previsões funestas como quem borda mortalhas para encomenda futura.

Aristides continuou andando, mas sentiu — pela primeira vez — que a morte realmente passara pelo bairro naquele dia. Não para levar ninguém, talvez. Só para olhar. Só para ver se faltava algo. Só para medir.

E isso, ele sabia, era pior.

Onde a Morte, Entediada, Decide Sentar-se no Quintal (e o Bairro Janeiro Entra

em Rebuliço)

Leitor amigo, permita-me uma curta digressão — curta, prometo, do tamanho de um suspiro burocrático. A morte, essa senhora ilustre que raramente bate à porta, às vezes não leva ninguém; apenas aparece para tomar um café e ver como andam as pessoas. É uma visita social, por assim dizer. E foi esse tipo de visita que, ao que tudo indica, decidiu fazer ao bairro de Aristides.

Pois bem: Aristides regressou a casa com a sensação de que carregava, além dos pães murchos, uma espécie de nuvem de presságio por cima da cabeça. Não era chuva. Era pior: era expectativa.

E expectativa, em Moçambique, é combustível para especulação.

Mal entrou no quintal, encontrou três personagens sentados como quem espera um julgamento:

Dona Eulália, a viúva oficial — com expressão de quem acabara de ouvir confidências do além.

Mufumo, o coabitante-oficioso — com cara de culpado, como se tivesse assassinado alguém (ele tinha apenas comido o último pedaço de frango sem pedir).

O Pastor Jeremias, vizinho e pregador de ocasião — com o ar iluminado de quem acha que tudo é sinal divino.

Aristides nem teve tempo de colocar os pães na mesa.

— Aristides — disse o pastor, com voz grave — tens notado os sinais?

— Sinais? — repetiu ele, já cansado de tantos sinais. — Vi apenas o galo cantar fora de hora e Dona Tuína a espalhar maus presságios. Nada mais.

Jeremias ergueu uma sobrancelha dramática.

— Ah, mas há mais. Muito mais.

Dona Eulália, com a sofreguidão pálida de alguém que adora um escândalo, completou:

— De madrugada caiu um prato sozinho da prateleira.

— Caiu porque a prateleira está torta — respondeu Aristides, pragmático.

— Está torta desde quando? — perguntou Mufumo, triunfante.

— Desde que tu te mudaste — retrucou Aristides.

Mufumo calou-se imediatamente, derrotado pela lógica imbatível dos fatos domésticos.

O pastor, porém, não desistia.

— Aristides, meu irmão, não podemos ignorar. Quando o mundo espiritual quer comunicar, ele comunica.

— Quer comunicar o quê? — perguntou Aristides, com uma pitada de irritação.

— Que há um espírito inquieto no bairro.

Silêncio.

Todos olharam para Aristides como se esperassem que ele confirmasse ou negasse. Ele coçou a cabeça. Tentar argumentar com um pastor autoproclamado era como discutir contas com um macaquinho: ninguém ganha e todos saem mais confusos.

— Pode ser qualquer coisa — disse Aristides. — Até o vento.

— O vento não parte pratos — disse Eulália, firme.

— O vento aqui parte até casamento — respondeu Aristides.

Mas ninguém riu.

O clima era pesado — e não falo do calor.

A Chegada do Boato

De repente, a vizinha Julinha apareceu correndo, com os braços balançando como bandeiras.

— Ouviram? — disse ela. — O Amâncio...

As três figuras do quintal congelaram.

— O Amâncio o quê? — perguntou Aristides, com um frio na espinha.

— Dizem que... — Julinha aproximou-se teatralmente, baixando a voz — que ele não acordou de novo.

Silêncio.

O silêncio ganhou peso. Ganhou forma. Ganhou cheiro.

E o pastor Jeremias foi o primeiro a reagir:

— Eu sabia! Os sinais eram claros!

— Mas não foi isso que eu disse — corrigiu Julinha. — Ele não acordou... porque está a meditar outra vez. E ninguém tem coragem de lhe chamar alto.

Todos respiraram fundo, desta vez de alívio e irritação.

— O velho só dorme — disse Aristides.

— Dorme demais — disse Eulália, supersticiosa.

— Dormir muito é luxo de pobre — disse Mufumo.

— Dormir é preparar o corpo para a passagem — disse o pastor.

Aristides virou os olhos. O bairro inteiro tornara-se de súbito especialista em tanatologia.

A Morte no Quintal

E foi então, leitor amigo, que aconteceu.

Não um prodígio, nada sobrenatural — a morte não precisa exageros para marcar presença. Às vezes, basta uma sombra.

Uma brisa fria — rara em Quelimane — passou pelo quintal, tão suave que apenas mexeu um fio do cabelo de Dona Eulália. Todos sentiram.

O pastor imediatamente ergueu as mãos ao céu.

— Eis ela! — proclamou.

Mufumo ajoelhou-se.

Dona Eulália gritou.

Julinha desmaiou por antecipação — hábito, não necessidade.

E Aristides... espirrou.

Não por medo, mas porque carregava poeira no bigode.

— Vamos todos acalmar-nos — disse ele, após o espirro. — É apenas o vento.

Mas ninguém acreditou. E a histeria já estava acesa.

A morte, ou a ideia dela, sentou-se ali mesmo, no quintal, como uma visita que não foi convidada mas que ninguém ousa mandar embora. Ficou. Observando. Assistindo ao teatro humano de medos, suspiros e pequenas vergonhas.

E Aristides sentiu, pela primeira vez, que estava no centro de algo que ainda não entendia.

A morte não estava levando ninguém.

Mas estava... à espera.

E foi assim que Aristides ficou mais ciente da sua condição — nem vivo, nem morto.

O Bar do Zé Pipas e a Filosofia da Cerveja (em que Aristides descobre que até os vivos gostam de um defunto útil)

Leitor amigo, permita que eu o leve ao Bar do Zé Pipas — instituição sagrada de Quelimane, que funciona simultaneamente como parlamento, confessionário, gabinete de crise e necrotério social. Ali discute-se de tudo: governo, futebol, marés, adultério, espíritos, e a eventual falta de gás. E sempre com a mesma gravidade.

Nesse dia, Aristides entrou no bar com a sensação de que o bairro inteiro o observava de través. Talvez fosse impressão sua; talvez fosse apenas o medo de que alguém finalmente dissesse o que todos cochichavam. Não que Aristides temesse a morte — já a havia experimentado uma vez, ainda que sem aviso — mas temia a bisbilhotice dos vivos, que é sempre mais cruel.

Encontrou Silvério, Inácio e o Perdiz, trio inseparável de bebedores ocasionais, jogadores de cartas e filósofos do improviso, discutindo o preço da cerveja com a seriedade de diplomatas em conferência de paz.

— Aristides! — exclamou Silvério, arregalando os olhos como se visse um milagre.
— Estávamos mesmo a falar de ti.

— De mim? — perguntou Aristides, já esperando o pior.

— Sim — disse Inácio, aproximando-se com ar solene — estávamos a tentar

decidir se já eras para estar morto ou não.

Aristides respirou fundo. A tarde prometia.

— Ainda não se chegou á decisão final? — perguntou ele, sentando-se.

— Não, porque Silvério acha que tu morreste, mas continuas por hábito. Eu acho que morreste, mas não foste informado. E o Perdiz acha que ninguém morre em Quelimane sem pelo menos três testemunhas e um atestado assinado por ele.

O Perdiz ergueu o copo.

— Eu sou homem sério — disse. — Se não assinei nada, está vivo.

A lógica era impecável. Ridícula, claro, mas impecável.

A Filosofia do Copo Cheio

Zé Pipas, o dono do bar, aproximou-se limpando um copo que nunca ficava limpo, por maiores fossem as suas tentativas.

— Aristides, vais beber o quê? — perguntou ele, com serenidade de quem lida diariamente com crises existenciais.

— Uma Manica — disse Aristides.

— Gelada? — perguntou Zé, como se oferecesse uma bênção.

— Se houver.

— Haver, há. Mas está morna. O congelador decidiu reformar-se ontem à noite. Só funciona de manhã.

Aristides, já habituado, aceitou. Em Quelimane, até os electrodomésticos mantêm horários próprios.

A cerveja chegou. Morna, como prometido. Mas naquele bar nada se julgava pela temperatura; julgava-se pelo debate que proporcionava.

Silvério inclinou-se sobre a mesa:

— Aristides... agora a sério. Como é que estás?

Aristides hesitou. A pergunta continha três intenções:

Como estás vivo?
Como estás morto?
Como estás a fingir que estás normal?

Ele optou por responder à única que podia:

— Estou... a andar.

— Isso é bom — disse Inácio. — Só os mortos deixam de andar.

— Nem sempre — corrigiu o Perdiz. — Vi um morto andar em Milange, uma vez.

Todos olharam para ele.

— Estava bêbado — explicou. — Eu, não o morto. Mas vi-o a andar.

Aristides bebeu outro gole da cerveja, desejando que estivesse gelada. A conversa estava morna como o copo.

O “Copo da Saudade”

E então Silvério fez algo que ninguém esperava: ergueu o copo e disse, com dramaticidade exagerada:

— Aristides... este é o teu último copo.

Aristides engasgou-se.

— Último? — perguntou, alarmado. — Por quê? Pretendes matar-me outra vez?

Silvério riu.

— Não, homem! É o copo simbólico. O último copo que se oferece a um amigo que já passou desta para melhor.

— Mas eu estou aqui! — protestou Aristides.

— Justamente — disse Silvério. — Tu és um caso especial. Estás morto, mas presente. Estás vivo, mas ausente. Estás naquele limiar filosófico que nenhum de nós entende. É bonito, de certa forma.

— Poético — disse Inácio.

— Confuso — disse o Perdiz.

Aristides olhou para eles. A morte — ou a ideia dela — tinha feito o que a vida nunca conseguira: tornar seus amigos sentimentais.

— Então brindemos — disse ele. — Mas ao futuro, que ainda não sei se existe para mim.

Ergueram os copos.

Bateram de leve.

Beberam.

E foi então que o Zé Pipas, de trás do balcão, lançou a frase que se tornaria célebre no bairro por dias:

— Aristides, se tu realmente estiveres morto... ao menos paga a conta antes de ires.

E todos riram. Até Aristides.

O riso, leitor amigo, é a única força conhecida capaz de fazer tremer tanto os vivos quanto os mortos.

E, por um momento, Aristides sentiu que — morto ou não — ainda fazia parte do mundo.

O Cuidado Paterno (e a Surpreendente Vantagem de Ser um Pai Morto)

(em que Aristides descobre que a morte é uma excelente desculpa... mas uma péssima autoridade)

Naquela tarde, ao chegar a casa após a filosofia alcoólica do Bar do Zé Pipas, encontrou os dois filhos — Mindu e Beбето — sentados na sala. Ambos tinham a mesma expressão de quem aguarda um anúncio importante, mas com a ansiedade típica de quem prefere não ser parte do anúncio. E, ao lado deles, como um mastro central da nova ordem doméstica, estava Mufumo, o tio auto-instituído.

Mufumo sorria com a modéstia ornamental dos usurpadores felizes.

— Pai Aristides — disse Mindu, com a solenidade de um acólito — temos uma reunião de família.

Aristides franziu o cenho. Reunião de família... e ele não convocara nenhuma. Sinal perigoso.

— Reunião? Sobre o quê?

Bebeto pigarreou e deu a notícia com a delicadeza de quem joga uma pedra no lago:

— Sobre ti, pai.

Eulália, de braços cruzados ao fundo da sala, assentiu como presidenta de mesa.

A Perda da Autoridade

— Os meninos estão preocupados — explicou Mufumo, com voz afetadamente calma — porque tu andas estranho.

— Estranho como? — perguntou Aristides.

— Estranho morto — respondeu Bebeto, direto como um tiro.

Silêncio.

Não o silêncio dramático, mas o silêncio constrangido, desses que enchem a sala de ar quente e migalhas de pão.

— Quem disse que eu estou morto? — perguntou Aristides.

— A vizinhança toda — disse Mindu. — E o Pastor Jeremias confirmou.

— Ah, ótimo — murmurou Aristides. — Quando o pastor confirma, já não há recurso possível.

Os filhos trocaram olhares sérios.

— Pai... nós sabemos que morrer não é culpa tua — disse Mindu, com a ternura que se usa para consolar um doente.

— Claro que não — disse Bebeto. — O que nos preocupa é tu continuares aqui como se nada tivesse acontecido.

A frase, embora absurda, obedecia a uma lógica impecável dentro do universo infantil.

— E o que esperam que eu faça? — perguntou.

— Aceitar — respondeu Mindu. — Aceitar que já atravessaste.

— E deixar o tio Mufumo ajudar — completou Beбето, apontando para o invasor doméstico.

Mufumo sorriu com humildade triunfante.

— Não quero substituir ninguém, Aristides. Só quero contribuir.

Aristides sentiu, com dor e ironia, que estava a perder espaço ... na sua própria ausência.

A Nova Organização da Casa

Os meninos exibiam agora um respeito distante, quase religioso. Chamavam-no “Pai Aristides”, nome que parecia ter saído de uma acta da igreja. Já Mufumo era o “Tio”, com T maiúsculo e direitos adquiridos — o que incluía sentar-se na sua cadeira favorita.

Quando Aristides tentou dar uma ordem — “Meninos, vão arrumar o quarto!” — recebeu a resposta mais devastadora possível:

— Pai... não te canses. O tio cuida disso.

E Mufumo, como um general benevolente, conduziu as tropas imaginárias para arrumar a desordem que ele próprio havia criado.

Aristides percebeu ali que sua figura paterna fora deslocada para a categoria de patrimônio emocional: era amado, mas interditado. Admirado, porém dispensado.

“Assim deve ser a vida de um santo”, pensou ele. “Todos rezam, ninguém escuta.”

A Conversa Particular

Mais tarde, Mindu aproximou-se dele com cautela de quem evita assustar um espírito.

— Pai Aristides... posso perguntar uma coisa?

— Pergunta.

— Dói?

— Dói o quê?

— Estar morto.

Aristides respirou fundo. Aquilo ultrapassava qualquer explosão de humor.

— Não dói — respondeu, com suavidade. — O que dói é as pessoas decidirem isso por mim.

Mindu assentiu, pensativo.

— Ah... mas pai, não te preocupes. Mesmo morto, continuamos a gostar de ti.

Foi o golpe final.

Aristides sentiu o coração — esse órgão ingrato que insiste em funcionar mesmo quando o homem já foi declarado morto — contrair-se como um punho. A morte, afinal, não era o problema. O problema era a gestão humana da morte.

No fim da noite, enquanto Mufumo ocupava a sala com roncos satisfeitos e as crianças dormiam sob o abrigo da nova ordem, Aristides recolheu-se no sofá, sentindo-se meio vivo demais para ser fantasma e morto demais para ser pai.

E, pela primeira vez desde o equívoco fatal, teve medo.

Não da morte.

Mas da vida continuada... sem lugar para ele.

O RECIBO DA PROVA

(Em que a burocracia, essa deusa caprichosa, finalmente percebe que um morto-vivo não deve receber salário sem prestar contas — e Aristides se vê diante do mais temido dos exames: o da vida.)

Leitor amigo, chegamos ao ponto em que toda farsa social, por mais elaborada que seja, tropeça na pedra baixa da realidade financeira. A natureza pode permitir extravagâncias — um morto caminhar, um vivo parecer morto, um político responder pelo que diz — mas o banco, ah!, o banco não permite nada senão aquilo que está impresso, carimbado e rubricado por três vias.

E foi justamente o banco que primeiro desconfiou de Aristides Mucagê.

A notícia chegou por meio de um envelope pardo, desses que têm vocação para trazer desgraças: contas, multas, comunicados oficiais e, em ocasiões excepcionais, convites de casamento — que também são uma espécie de desgraça, sejamos francos. Eulália abriu o envelope com a parcimônia de quem abre um caixão pela segunda vez.

Lá dentro, um comunicado seco:

“Solicita-se ao beneficiário Aristides Mucagê que compareça ao balcão para realização de prova de vida, sob pena de suspensão imediata do pagamento.”

Não havia assinatura, pois o banco não assina ameaças — é-lhes natural como o espinho à roseira.

Eulália, que até então vinha conduzindo a viuvez com o pragmatismo das mulheres que já viram coisa pior, empalideceu. Mufumo, sentado à mesa com a propriedade de quem já se considera co-herdeiro, sorriu com aquele sorriso guloso de quem espera que o saldo alheio caia no colo — o dele, não o de Aristides.

— Aristides... — começou ela, com a hesitação de quem se vê obrigada a discutir com um fantasma.

— Sim, Eulália? — respondeu o defunto, muito vivo, mexendo o chá.

— Tens de ir ao banco provar que estás... — ela engoliu a palavra, que lutava como peixe fora de água — vivo.

Pausemos, leitor amigo. Considere o absurdo elevado à segunda potência: um morto é convocado a provar que vive para continuar recebendo o salário que, por definição legal, deveria ser interrompido pela morte que, por definição social, ninguém desejava reconhecer. A burocracia não tem escrúpulos — mas tem coerência, e isso é muito pior.

Aristides franziu a testa com uma perplexidade que, devo confessar, quase me comoveu.

— Provar que estou vivo? Mas... eu estou aqui.

Eulália suspirou com um cansaço ancestral.

— Aqui, sim. No banco, não sei. Eles querem que vás lá respirar na frente deles.

Mufumo, sempre útil quando não devia, acrescentou:

— Se for preciso, posso leva-lo ao colo.

Aristides não respondeu. A dignidade do morto, leitor amigo, é coisa séria. Há quem perca a honra em vida; há quem a recupere na morte. Aristides era exceção: conseguia perder as duas simultaneamente.

A Caminho do Banco

No dia seguinte, lá foi Aristides, caminhando pela Avenida 25 de Setembro com a solenidade involuntária de um cortejo fúnebre em marcha ao contrário. Os vizinhos viram o passar e desviaram o olhar — não por medo, mas por conveniência. Há coisas que só existem de quem se olha diretamente, e Aristides não era uma delas.

Ao chegar ao banco, enfrentou a fila, que, entre mortos e vivos, tinha sempre o mesmo humor: lento, resignado e um pouco indignado.

Chegou a vez dele.

A funcionária — jovem, maquilhada e míope da alma — pediu o BI.

Aristides entregou.

Ela digitou algo, olhou o monitor com o espanto discreto de quem vê um gato citar Aristóteles, e perguntou:

— O senhor é... o senhor mesmo?

— Creio que sim — respondeu Aristides, com uma certeza que diminuía a cada dia.

Ela inclinou o rosto, avaliando-o como quem inspeciona um documento duvidoso.

— É que o sistema acusa aqui... — ela baixou a voz, como se falasse de uma doença íntima — óbito.

E aqui, leitor amigo, a cena torna-se sublime. O defunto endireitou a postura, pigarreou, ajeitou o colarinho e respondeu com a maior honestidade que poderia oferecer ao mundo:

— Minha senhora, quanto a isso... parece que houve um equívoco burocrático.

A funcionária olhou para ele, para o monitor, para ele novamente — e tomou a decisão mais humana possível num sistema que abomina a humanidade: fingiu não ver o absurdo.

Carimbou.

Rubricou.

E entregou-lhe um papel:

“Prova de Vida realizada com sucesso.”

E assim, leitor amigo, Aristides Mucagê, morto por natureza, renasceu por carimbo.

A biologia pode decretar um fim;
a sociedade pode ignorá-lo;
mas o banco...
o banco só precisa de um papel.

O Médico, o Diagnóstico e a Coragem de Não Dizer Nada

Eis que o nosso protagonista aparenta estar doente.
O homem tossia, suave, desmaiava às quintas-feiras e ressuscitava às sextas, mas ninguém ousava pensar em nada grave.

Assim, chamar o médico era apenas um ritual social, como se dissesse: “Estamos todos tranquilos, mas, para que a cidade não fale, chamemos o doutor.” E chamaram.

O Dr. Cabá chegou com o seu estetoscópio pendurado ao pescoço como um padre carrega o rosário: não necessariamente por fê, mas por hábito.

Cabá era conhecido por três virtudes e dois defeitos — o que dá cinco características, número suficiente para definir qualquer personagem secundário em literatura, ainda mais uma autoridade médica.

As três virtudes eram:

Sabia ouvir.
Sabia permanecer calado.
Sabia cobrar.

E os dois defeitos:

Não sabia diagnosticar.
Era profundamente orgulhoso de não saber.

A consulta começou como começam todas as consultas importantes: com o médico olhando para Aristides como quem olha para um quadro torto — não se sabe se por estética ou por desconforto. Aristides, coitado, tentou explicar seus sintomas, mas Cabá levantou a mão com superioridade sacerdotal, como quem diz: “Não me estrague o caso com informações.”

— Respire fundo — ordenou o médico.

Aristides respirou fundo.

— Agora prenda.

Aristides prendeu.

— Solte.

Aristides soltou.

Aproximou o estetoscópio, ouviu três vezes, suspirou com gravidade, e então fez o diagnóstico mais completo possível dentro de sua tradição profissional:

— Hum.

Sim, leitor: apenas hum. Mas, dito por um médico, “hum” pode significar desde “é só gases” até “prepare o velório”. A grandeza da medicina está, muitas vezes, na amplitude interpretativa.

— Doutor — arriscou a esposa de Aristides, temendo e desejando a resposta ao mesmo tempo — é grave?

Aqui, convém uma digressão necessária: o Mocambicano tem uma relação curiosa com a gravidade das doenças. Se o médico diz que não é nada, a família fica ofendida. Se diz que é mortal, fica desesperada. A resposta ideal é a que não diz nada e, ainda assim, parece dizer tudo. Cabá sabia disso, e sorriu com profissionalismo.

— Minha senhora... — fez uma pausa que durou três páginas na imaginação da pobre mulher — ...não é exatamente grave.

Um alívio percorreu a sala — mas daqueles alívios desconfiados.

— Quer dizer... — completou o doutor, olhando pela janela como se lesse o destino no horizonte — ...não é exatamente leve.

E pronto: havia dito tudo sem dizer nada, e todos saíram convencidos de que o médico era homem sábio. Ele prosseguiu:

— O que o Aristides tem é uma condição... como direi?... uma condição delicada.

“Delicada” é, para a medicina, o que “vamos ver” é para os relacionamentos: o eufemismo que antecede o golpe final.

Aristides, que não era dado a grandes desesperos, apenas perguntou:

— Então o que eu faço, doutor?

O médico respondeu com uma coragem que só os incompetentes possuem:

— Nada.

Sim, nada. Era um nada definitivo, doutoral, majestoso. Mas, para mostrar que estava realmente empenhado, completou:

— Descanse. Evite emoções fortes. Não corra. Não pense demais. E, por caridade, não leia jornais.

Este último conselho, confesso, foi o único sensato.

No fim da consulta, Cabá recolheu os seus instrumentos, assinou um papel com sua letra indecifrável — pois médico que se preze jamais oferece ao paciente uma assinatura legível — e cobrou a visita com a serenidade dos que sabem que, apesar de nada terem concluído, fizeram parte de um rito ancestral.

Ao deixá-lo ir, a família suspirou: sentiam-se aliviados. Aristides suspirou: sentia-se vivo. E o médico suspirou: sentia-se rico.

Ninguém, absolutamente ninguém, teve coragem de dizer o óbvio. Mas o leitor já percebeu que o óbvio, neste livro, é sempre o inominável.

O Apaziguamento Burocrático (Em Quelimane, Bairro Janeiro)

Se o leitor acredita que a morte é um assunto sério, é porque nunca viveu no Bairro Janeiro, em Quelimane, onde a morte só tem força quando reconhecida pelos carimbos competentes. Sem firma reconhecida, até o falecimento é uma espécie de boato com má intenção.

Pois bem. Aristides Mucagê — morto, sim, mas não notificado — chegou ao limite da tolerância pública.

Já tinha voltado ao Cartório, convivido com Mufumo, disputado almofadas, trabalhado sem salário e bebido cerveja no Bar do Zé Pipas como qualquer contribuinte que paga imposto para sobreviver. Mas agora a cidade inteira falava dele em tom baixo, como quem anuncia a vinda de um ciclone tropical:

— O Aristides? Ah, sim... aquele Aristides.

— O que morreu?

— Sim, mas continua vivo.

— Ah, então é outro.

E como Quelimane é pequena (não no mapa, mas na alma), a confusão logo chegou à Repartição dos Serviços Gerais, onde repousavam — como baús adormecidos — os papéis que regiam o destino civil dos homens.

O Escândalo que Ninguém Queria Ter

O que despoletou foi uma denúncia anônima, provavelmente escrita por algum cidadão zeloso demais (ou invejoso demais), que afirmava:

“Aristides Mucagê, falecido em fevereiro, continua a assinar documentos públicos. Sugere-se uma verificação, antes que ele suba de cargo.”

A denúncia, desacompanhada de fotocópias, selos, carimbos ou assinatura, quase foi ignorada — mas caiu nas mãos de um escrivão particularmente curioso, desses que guardam a alma de Kafka e o humor de um cágado.

Dona Eulália foi chamada. Mufumo também—embora ninguém entendesse por quê. E Aristides, naturalmente, apresentou-se, pois não havia motivo para faltar a uma convocação oficial: morto ou vivo, a administração exige pontualidade.

O escrivão, ao vê-lo, empalideceu como quem recebe um recado do além.

— O senhor... o senhor é o próprio Aristides?

— Sou, sim. Pelo menos por fora. — respondeu o defunto, muito educado.

O escrivão pigarreou, suou, chacoalhou papéis, consultou o Livro de Óbitos, que confirmava a morte; e então, com igual solenidade, consultou o Livro de Presenças, que confirmava a vida.

Era um empate administrativo.

A Solução que Só a Burocracia Inventaria

O chefe do Cartório, homem de fome voraz e inteligência moderada, foi chamado para resolver.

Ele analisou a situação com a serenidade de um bispo lendo a bula papal:

— Se está no livro dos mortos, está morto.

— Mas se está no livro dos vivos, está vivo! — interrompeu Inácio, que viera espiar.

— A vida — replicou o chefe — é uma questão interpretativa.

Dito isso, tomou uma decisão inspirada:

determinou a emissão de uma Certidão de Vida Retroativa, documento raríssimo que só surge quando a lógica cede lugar ao desespero.

O papel, com selo azul, assinatura tremida e uma frase lapidar, dizia:

“Certifico, para os devidos efeitos, que o cidadão Aristides Mucagê encontra-se vivo desde data anterior ao seu falecimento.”

Ficou tão poético que o escrivão quis guardar uma cópia para o arquivo histórico.

Aristides Renascido

Dona Eulália suspirou aliviada. Não pelo retorno do marido — que nunca fora embora —, mas porque assim recuperaria o salário atrasado.

Mufumo, vendo que nada o tiraria do seu lugar na casa, acomodou-se como quem finca raiz em solo fértil. Aristides, de posse da certidão, sentiu-se enfim legitimado a continuar vivo.

E a cidade? Ah, o leitor conhece as cidades pequenas: absorveram o acontecido com a mesma facilidade com que absorvem um boato, uma fofoca ou um escândalo doméstico que envolve vizinhos e panelas queimadas. Afinal, se o papel diz que um morto vive, quem é a biologia para contestar?

O narrador — que sou eu, leitor amigo — confessa-lhe uma verdade desconfortável: a sociedade não teme a morte; teme a desorganização.

Entre aceitar um defunto vivo e refazer centenas de documentos assinados por ele, Quelimane preferiu a ressurreição.

E, convenhamos, fez muito bem.

Do Espírito, do Papel Timbrado e do Inconveniente de um Ancestral Presente

Leitor amigo, se a morte, como já tivemos a honra de constatar, é em Quelimane uma mera questão de carimbo, tinta e preguiça administrativa, a questão dos Ancestrais é, paradoxalmente, muito mais grave.

Por quê? Porque o Ancestral, para ser devidamente honrado, exige mais do que um mero "presente" na folha de ponto; exige memória, respeito, e, o que é pior, exige uma nova despesa no orçamento doméstico.

A reunião familiar, convocada por Dona Eulália com o misto de dever e tédio que ela dedicava a todas as obrigações que envolviam mais de duas pessoas, tinha por palco a

sala de estar. Ali, sentados em semicírculo, estavam Dona Eulália (que presidia com a austeridade de quem calcula o preço do arroz), os filhos Mindu e Beбето, e, como um mastro central da nova ordem doméstica, estava Mufumo, o tio auto-instituído, a ocupar a cadeira mais confortável.

Aristides, o defunto-não-notificado, encontrava-se no sofá mais duro, sentindo-se mais um convidado de que um chefe de família.

Dona Eulália, com a voz que usa para ler contas de eletricidade, anunciou o motivo da convocação:

— Os Mungana vão fazer Mucuto no próximo mês. E nós, como Chuabos não podemos ficar atrás. É preciso honrar a linhagem.

O Mucuto, leitor amigo, não é coisa para burocratas. É a prática que liga o povo aos espíritos ancestrais, buscando bênçãos e orientação. A questão, contudo, não era a cerimónia em si, mas a lista dos lembrados.

— A questão é, Aristides — disse ela, sem olhar para ele, mas para o chinelo — se incluímos o teu nome na lista.

Aristides protestou, sentindo a ironia roer-lhe o estômago:

— O meu nome, Eulália? Mas por que incluíam o meu nome se eu estou aqui, em carne, osso, bigode hesitante e mais dezoito contos de salário por receber?

Mufumo interveio, alisando o tecido do sofá de Aristides com a familiaridade de um proprietário:

— A questão não é se estás, Aristides. É se, do ponto de vista cerimonial, deverias estar.

E o parente oportunista, que de oportunista tinha a sabedoria da ocasião, filosofou:

— O Mucuto destina-se aos ancestrais. E o que é um Ancestral, senão um parente que, embora falecido, serve à coesão social e ao bom nome da família? Tu, Aristides, tu és um defunto notável, mas com uma Certidão de Vida Retroativa. Estás, portanto, num limbo que é pior que o Purgatório: um limbo administrativo.

— Se te incluirmos no Mucuto, o que acontece? — perguntou Mufumo, olhando para os filhos como quem apela à razão.

Bebeto, o mais novo, ofereceu o seu pragmatismo infantil:

— O espírito do avô pode ficar confuso.

— Exato! — exclamou Mufumo. — Os Ancestrais pedem coerência. Se chamam Aristides, e Aristides responde da sala, quem garantirá que os espíritos não se sentiram ofendidos por tal gafe social? Ninguém quer espíritos ofendidos, que depois cobram a conta em forma de doença ou, o que é pior, numa inspeção do Cartório.

Aristides, o centro de toda a discussão, ergueu-se, sentindo-se mais um documento mal arquivado do que um homem:

— Mas eu tenho a minha Prova de Vida, carimbada pelo Estado! Isso não vale nada perante a tradição?

Dona Eulália suspirou, o som de quem calcula o peso da tradição em meticais:

— Claro que vale, Aristides. Mas a vida tem os seus custos. Se te incluirmos no Mucuto, é mais um nome a ser invocado, mais uma oferenda a ser comprada. Se te deixamos de fora, e os espíritos perguntam por ti, teremos de dar explicações a eles, o que é sempre mais difícil que explicar ao Cartório.

O dilema parecia insolúvel, preso entre a fé (que exige a morte) e a burocracia (que exige a vida). Até que Mindu, com a sagacidade de quem nasceu a conviver com o absurdo, propôs a solução mais administrativa de todas, que resolve o drama sem resolver a contradição:

— Pai, o tio Mufumo pode ir lá. Pede as bênçãos para o nome Aristides Mucagê, o Ancestral. E tu, o Aristides que está aqui, vais ao Cartório buscar um carimbo que diga que o nome é do ancestral, mas o corpo e a dívida são teus.

Mufumo achou a ideia brilhante, pois dava-lhe um papel cerimonial, um novo título de importância. Dona Eulália achou a ideia económica, pois dividia as responsabilidades sem aumentar os custos do sacrifício.

Aristides, derrotado pela lógica mais absurda que o Estado e a Tradição podiam engendrar, sentou-se, resignado.

— E a almofada? — perguntou ele, sentindo a derrota nos rins.

Mufumo sorriu, com a humildade triunfante que a sua posição de vivo pleno-lhe concedia:

— A almofada, Aristides? Essa é a herança dos vivos. E eu, por enquanto, estou muito vivo.

E assim, leitor amigo, o defunto Aristides Mucagê foi, pela segunda vez, dividido em dois: o nome foi para a lista dos ancestrais, para receber as bênçãos do Mucuto; e o corpo ficou em casa e no Cartório, para apanhar as contas e manter a rotina.

Não se resolve o absurdo; apenas se administra. E a vida, essa eterna escritã, segue carimbando a sua folha de ponto.

EPÍLOGO — Moral da História (Para o Leitor Amigo)

Em Quelimane, Bairro Janeiro — onde a vida é um papel e a morte, uma assinatura esquecida.

Leitor amigo, chegamos enfim ao fim com um último olhar sobre Aristides Mucagê, esse homem cuja maior virtude foi morrer sem que o Estado tomasse nota. E, para ser sincero, talvez tenha sido essa a sua façanha mais original.

Porque morrer, todos morrem;
mas continuar vivo por falta de notificação, só Aristides mesmo.

Sim, ele venceu a biologia, mas perdeu para a burocracia — que é força mais antiga, mais caprichosa e, como sabe, infinitamente mais resistente que os vírus, tempestades

e paixões humanas. O leitor acreditará em milagres se quiser; mas não se iluda: o verdadeiro milagre é conseguir um carimbo em Quelimane sem ser mandado voltar amanhã.

Eis a lição final, que ofereço ao leitor com a polidez dos velhos cronistas:

Em Moçambique, a morte é séria... mas o papel é mais sério ainda.

Aristides só voltou a existir porque um escrivão, tomado por medo ou compaixão (não se sabe qual pesa mais), decidiu emitir uma Certidão de Vida Retroativa, artefato que nenhuma religião previu e nenhum filósofo ousou conceber.

Se Platão tivesse conhecido a Repartição do Bairro Janeiro, teria escrito outro diálogo.

Entre o rigor da verdade e o conforto da ficção social, escolhe-se a ficção.

Assim a comunidade recebeu Aristides renascido:

sem susto, sem grito, sem missa.

Afinal, mais perturbador do que um morto passeando é a possibilidade de refazer a papelada.

O leitor não duvide: se amanhã surgisse outro Aristides — morto ou apenas cansado — o bairro abriria espaço para mais um.

Mufumo ficou com a viúva, porque a vida premeia a audácia.

Não direi que Dona Eulália o amava; mas apreciava sua disposição para carregar sacos de arroz, levantar móveis e conferir preços no mercado. Aristides, renascido, aceitou tudo com filosofia:

“Há mortes que nos libertam; há vidas que nos aprisionam. A minha conseguiu ser ambas.”

Quanto a Aristides, terminou em paz com seu destino.

Voltou ao Cartório, agora plenamente legitimado, com sua certidão dobrada no bolso — talismã contra qualquer dúvida.

E viveu como se nunca tivesse morrido;

ou melhor: viveu como alguém que descobriu que a morte é apenas um inconveniente administrativo.

Não houve procissão, nem reportagem, nem poesia.

Apenas a vida continuando — como sempre faz, indiferente ao drama dos homens.

Moral final, que lhe deixo em forma de aviso:

“A morte tira o corpo; mas a burocracia tira o sossego.”

Em Moçambique, no Bairro Janeiro, só está morto quem o escrivão desejar — e só vive quem o carimbo confirmar.

E quanto ao leitor?

Se chegou até aqui, parabéns: sobreviveu comigo à morte de Aristides e à vida que veio depois. Não é pouca coisa.

FIM